



# Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS  
DEZEMBRO 2022

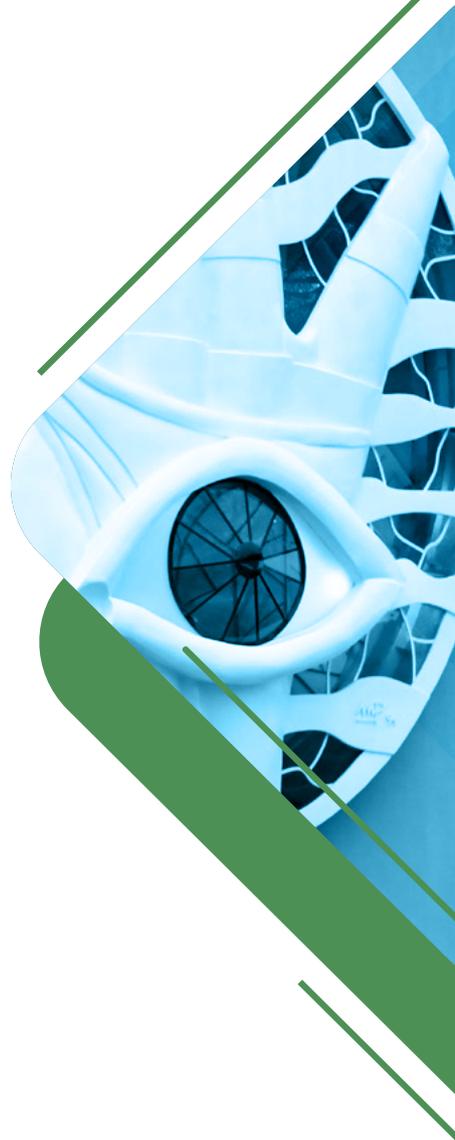
PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ  
SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

# Sumário

---

## Conteúdo

I - APRESENTAÇÃO	3
II - PRINCIPAIS AÇÕES	3
III – DESAFIOS	3
IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
NOTAS EXPLICATIVAS	11
ANEXOS	37



## I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a Justiça especializada. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao Tribunal.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do Governo Federal em que são executados os atos e registrados os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção 'Resultados da Gestão' inserida no Relatório de Gestão.

## II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade, executando, entre outras atividades:

1. A análise das folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis;
4. A verificação da execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar.

## III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução

da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;

2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e os atos orçamentários, financeiros e patrimoniais, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria..

## IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras do Tribunal, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

O Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2021, 9ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e os critérios contábeis estão segregados em cada balanço para melhor compreensão do usuário, conforme item 8, parte V, MCASP 9ª – Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça – a seguir transcritas contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 31 de dezembro de 2022**.

## BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução em 2022, se comparado com dezembro de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos

compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Tribunal.

## **CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS**

A moeda funcional do STJ é o Real. Os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

### **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

### **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e as incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

### **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)**

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

## ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

## ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e de danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União.

Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF 75/2012, mas são registrados no SIAFI da UG 050001. Após cinco anos, caso esses créditos, devidamente atualizados e acrescidos de juros de mora, não superem o valor de R\$ 1.000,00, são baixados.

## IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais é realizado pelo Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, entre outras rotinas.

## INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionais do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

## DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à instituição. Na Instrução Normativa STJ/GP 20, de 22 de novembro de 2019, constam as metodologias de cálculos da depreciação e da avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

### DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes, que consiste no abatimento mensal de um valor fixo previamente calculado.

### DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado, mensal e automaticamente, pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014).

A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2019.

## **PROVISÕES DE CURTO PRAZO**

Provisões para as despesas, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos, a serem sensibilizadas no pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP).

## **ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

## **RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados no saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

## **SALDO PATRIMONIAL**

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

## ATIVO

GRUPO	NE	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>498.366.264,48</b>	<b>398.728.517,24</b>	<b>24,99%</b>	<b>49,18%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	<b>01 (p. 11)</b>	<b>479.286.990,58</b>	<b>374.525.517,51</b>	27,972%	47,301%
Créditos de Curto Prazo	<b>02 (p. 11)</b>	<b>15.328.699,58</b>	<b>21.015.352,32</b>	-27,060%	1,513%
Estoques	<b>03 (p. 13)</b>	<b>3.717.850,64</b>	<b>3.155.526,34</b>	17,820%	0,367%
VPDs Pagas Antecipadamente.		<b>32.723,68</b>	<b>32.121,07</b>	1,876%	0,003%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>514.902.733,71</b>	<b>431.449.332,36</b>	<b>19,34%</b>	<b>50,82%</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>7.685.257,74</b>	<b>139.614,15</b>	5404,641%	0,758%
Demais Créditos e Valores a LP	<b>02 (p. 11)</b>	8.334.966,37	776.256,32	973,739%	0,823%
(-) Ajustes Perdas em Cred. a LP	<b>02 (p. 11)</b>	-649.708,63	-636.642,17	2,052%	-0,064%
<b>Imobilizado</b>	<b>04 (p. 13)</b>	<b>474.114.263,90</b>	<b>385.391.274,45</b>	23,022%	46,791%
Bens Móveis		55.823.099,25	65.355.398,76	-14,585%	5,509%
Bens Móveis		93.547.486,41	88.969.495,96	5,146%	9,232%
(-) Depreciação		-37.724.387,16	-23.614.097,20	59,754%	-3,723%
Bens Imóveis		418.291.164,65	320.035.875,69	30,701%	41,281%
Bens Imóveis	<b>11 (p. 20)</b>	418.376.624,23	320.401.378,08	30,579%	41,290%
(-) Depreciação		-85.459,58	-365.502,39	-76,619%	-0,008%
<b>Intangível</b>	<b>05 (p. 14)</b>	<b>33.103.212,07</b>	<b>45.918.443,76</b>	-27,909%	3,267%
(-) Amortização		-837.384,27	-182.748,50	358,217%	-0,083%
<b>TOTAL</b>		<b>1.013.268.998,19</b>	<b>830.177.849,60</b>	<b>22,05%</b>	<b>100,00%</b>

## PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

GRUPO	NE	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>165.749.291,46</b>	<b>185.838.918,92</b>	<b>-10,81%</b>	<b>16,36%</b>
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06 (p. 14)	39.548.194,09	56.915.299,35	-30,514%	3,903%
Fornec. e Contas a Pagar – CP	06 (p. 14)	2.506.466,49	1.215.930,84	106,136%	0,247%
Provisões a Curto Prazo	06 (p. 14)	34.086.680,64	42.468.464,11	-19,736%	3,364%
Demais Obrigações a CP	06 (p. 14)	89.607.950,24	85.239.224,62	5,125%	8,843%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.542,35</b>	<b>33.542,35</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP</b>		-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo	07 (p. 15)	33.542,35	33.542,35	0,000%	0,003%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>847.486.164,38</b>	<b>644.305.388,33</b>	<b>31,53%</b>	<b>83,64%</b>
Demais Reservas		17.540,58	1.565,58	1020,389%	0,002%
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>847.468.623,80</b>	<b>644.303.822,75</b>	<b>31,532%</b>	<b>83,637%</b>
Resultado do Exercício		203.314.530,02	34.863.647,33	483,171%	20,065%
Result. de Exerc. Anteriores		644.303.822,75	581.369.604,32	10,825%	63,587%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-149.728,97	28.070.571,10	-100,533%	-0,015%
<b>TOTAL</b>		<b>1.013.268.998,19</b>	<b>830.177.849,60</b>	<b>22,05%</b>	<b>100,00%</b>

## DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	DEZ22 (R\$)	DEZ21 (R\$)
<b>1. SALDO PATRIMONIAL</b>			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.013.268.998,19	830.177.849,60
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		213.842.104,42	228.477.394,84
<b>TOTAL</b>	<b>08 (p. 15)</b>	<b>799.426.893,77</b>	<b>601.700.454,76</b>
<b>2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS</b>			
Garantias e Contragarantias Recebidas		24.553.992,28	22.049.669,60
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>09 (p. 15)</b>	<b>24.553.992,28</b>	<b>22.049.669,60</b>
<b>3. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS</b>			
Execução dos Atos Potenciais		330.023.927,19	367.297.339,67
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		3.117.336,69	2.875.023,84
Obrigações Contratuais em Execução		326.906.590,50	364.422.315,83
<b>TOTAL</b>	<b>10 (p. 15)</b>	<b>330.023.927,19</b>	<b>367.297.339,67</b>
<b>4. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Destinação de Recursos</b>			<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT</b>
Recursos Ordinários			309.959.091,86
Recursos Vinculados			21.552.188,27
<b>TOTAL</b>	<b>08 (p. 15)</b>		<b>331.511.280,13</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminadas por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 100, 127, 144, 150 e 188 equivalem à 99,3% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

## NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Constam da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no Anexo VI.

CONTAS	30/09/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)	AH
<b>CURTO PRAZO</b>			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12.014.939,13	19.047.706,22	-36,92%
Créd. a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pgto	44.295,25	32.820,33	34,96%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	0,00	0,00	0,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	126.212,73	261.873,49	-51,80%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	3.143.252,47	1.672.952,28	87,89%
<b>LONGO PRAZO</b>			
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.– Folha de Pgto	656.055,24	650.088,39	0,92%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	7.552.743,20	0,00	100,00%
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim. – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Ajuste p/ Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	649.708,63	636.642,17	2,05%
<b>TOTAL</b>	<b>24.300.501,58</b>	<b>22.415.377,81</b>	<b>8,41%</b>

“**Créditos a Receber por Cessão de Pessoal**” – A redução observada decorre de ressarcimentos de salários e encargos sociais recebidos no decorrer deste exercício, destacando-se: a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que tinha R\$ 124.482,39 a ressarcir no final do exercício passado e agora tem R\$ 4.566,74.

‘**Adiantamentos Concedidos a Pessoal**’ – A diminuição de saldo observada neste item refere-se

basicamente a ajuste de superavaliação nas contas de adiantamento de 13º e férias (1/3 constitucional) em atendimento à macrofunção 021142 folha de pagamento de pessoal.

**“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo”** – Variação percentual significativa decorrente de registros corriqueiros no decorrer do exercício de novos créditos a receber decorrentes de acertos em folha de pagamento, ressaltando que os mesmos permanecem registrados como ‘Curto Prazo’ até o decurso de 12 meses. Após esse período, são transferidos para o ‘Longo Prazo’.

**“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo”** – Tanto no que diz respeito aos créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento quanto nos decorrentes de prejuízos causados por terceiros, encontram-se registrados no ‘Longo Prazo’ aqueles devidos a um período superior a 12 meses.

**“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude – Longo Prazo”** – Valor atualizado devido pelo CPF nº 835.901.377-20 em virtude de recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/5/2016, de aposentadoria de servidora aposentada falecida em 13/10/1999.

**“Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos”** – Saldo atual de R\$ 649.708,63 constituído em atendimento à Macrofunção 020342 para fazer frente a perdas pelo não recebimento de créditos por danos ao patrimônio. No período de 2019 a 2021 não houve recebimento de nenhum crédito administrativo. No mesmo período, houve baixa de créditos pelo não recebimento nos percentuais de 0,13%, 1,59% e 1,56%. A memória de cálculo está discriminada a seguir:

<b>Memória de Cálculo</b>			
(Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2019 (R\$)	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Cred. Adm. Danos ao Patrimônio (A)	691.973,32	775.461,25	796.203,65
Baixas Diversas (B)	870,98	12.327,43	12.389,27
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	<b>0,13%</b>	<b>1,59%</b>	<b>1,56%</b>
Créd. Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	691.102,34	763.133,82	783.814,38
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	-
% recebido = (E) / (D)	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almojarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almojarifado do STJ no exercício de 2022, conforme anexo II, destacando-se os

seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 3.717.850,64;
- Entradas: R\$ 7.415.586,92;
- Saídas (baixa por consumo): R\$ 6.853.262,62;
- Observa-se a variação positiva de 17,82% entre o saldo final de 2021 e o acumulado do presente exercício destacando as seguintes variações:
  - 297,89% – Material Odontológico;
  - 218,46% – Material para Manutenção de Bens Móveis;
  - 38,36% – Material Elétrico e Eletrônico; e
  - 364,35% – Material de Proteção e Segurança.

Nestes dois últimos casos, ocorreram aquisições para o sistema de detecção e alarme de incêndio nos valores de R\$ 873.459,92 e de R\$ 11.420,00, respectivamente, resultando em relevante variação monetária.

## NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 474.114.263,90 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

### BENS MÓVEIS

O Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) está detalhado no Anexo III, o qual discrimina os itens patrimoniais por categoria. Das informações apresentadas, destacamos:

- Saldo atual: R\$ 90.187.293,07;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 5.002.439,09;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 609.178,88.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentando no RMB com a respectiva conta no SIAFI (R\$ 93.547.486,41), verifica-se a diferença de R\$ 3.360.193,34 que se justifica pelo fato de que as aquisições de Material de Uso Duradouro são controladas no relatório RMA e não no relatório RMB.

O Anexo III apresenta uma variação positiva de 6,306% entre o saldo acumulado deste exercício e o registrado no encerramento de 2021, o que pode ser compreendido, entre outros fatores, pela aquisição de aparelhos domésticos (47,15%), computadores (346,44%) e impressoras (412,95%).

### DEPRECIAÇÃO

A variação expressiva constante do Balanço Patrimonial na conta de depreciação, entre

o encerramento do exercício passado e o período atual, no total de R\$ 14.110.289,96, decorre do decréscimo, sempre cumulativo, do valor contábil dos bens móveis pela diminuição dos seus benefícios em decorrência do uso.

## **BENS IMÓVEIS**

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema administrado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), SPIUnet, e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte, estando todos localizados em Brasília.

O saldo atual dos referidos bens, no sistema SIAFI, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 85.459,58, é de R\$ 418.291.164,23, tendo sido esse montante atualizado em 6/1/2022 com base na Lei GDF 7.044, de 29/12/2021, publicada no DODF 244, de 30/12/2021, no percentual de 10,42%. Destaca-se que a atualização, ocorrida em 06/01/2022, acrescentou o valor de R\$ 89.262.710,82 ao saldo total dos bens imóveis desta Corte, justificando o aumento de mais de 30% deste grupo em comparação com o final de 2021.

Convém esclarecer que a diferença entre a depreciação acumulada em dezembro de 2021 (R\$ 365.502,39) e a atual decorre de ajuste feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contabilizado em 30/6/2022, após conciliação entre os dados constantes do sistema SIAFI e do sistema SPIUnet.

Além dos imóveis registrados no balanço deste Tribunal, outros imóveis foram colocados à disposição do STJ sem a correspondente transferência patrimonial por parte da SPU no sistema SPIUnet e, por isso, estão contabilizados pelo Ministério da Economia (SPU/ME). A transferência patrimonial vem sendo requerida àquela Secretaria e, em momento oportuno e em decorrência do ajuste no SPIUnet, os imóveis passarão a ser registrados contabilmente no imobilizado deste Tribunal. Estima-se que o valor destes ativos imobilizados não transferido via siafi esteja acima da soma de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) que, por prudência, precisaria ser reavaliado.

## **NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)**

Representa os *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI, até a presente data, já deduzido da amortização acumulada explicitada abaixo, é de R\$ 33.103.212,07.

Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2021, constata-se uma redução aproximada de 27,91% justificada pela baixa de softwares em desuso no mês de dezembro.

A amortização acumulada do período é de R\$ 837.384,27, valor bem maior que o de R\$ 182.748,50, registrado no fim do ano passado. Tal fato decorre da reclassificação, efetuada de dezembro, de cinco softwares de vida útil indefinida (que não sofre amortização) para vida útil

definida, resultando no valor adicional de R\$ 507.544,51 de amortização.

## **NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE**

### **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO**

A redução de 30,51% decorre basicamente de ajustes nas contas de pessoal e férias a pagar em atendimento à macrofunção nº 021142 Folha de Pagamento de Pessoal.

### **FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO**

A variação observada neste grupo se refere, na maior parte do saldo, à inscrição de empenhos em restos a pagar processados superior ao exercício anterior sendo eles R\$ 655.774,81 para Companhia Energética de Brasília (Neoenergia) e R\$ 952.124,00 para Globalweb Outsourcing do Brasil S.A.

### **PROVISÕES A CURTO PRAZO**

No encerramento de 2021, no total de R\$ 41.956.844,30, para viabilizar o reconhecimento de despesas cujo fato gerador ocorreu naquele exercício, mas sua efetiva liquidação se deu apenas no decorrer de 2022 por intermédio de empenhos inscritos em restos a pagar processados - RPNP. Em atenção à Macrofunção 020318, item 5.3.10.1, as contas de provisão deste grupo nesse grupo em 2022 para liquidação de despesas no próximo exercício somam R\$ 33.283.391,85 assim detalhadas:

- **21711.03.00** – R\$ 180.691,99 - Provisão para restos a pagar não processados (RPNP) relativos a Sentenças Judiciais.
- **21791.05.00** – R\$ 32.565.663,20 - Provisão para restos a pagar não processados (RPNP) relativos a Serviços de Terceiros, pessoa física ou jurídica.
- **21791.99.00** – R\$ 523.737,06 – Provisão para restos a pagar não processados (RPNP) relativos a despesas que não se enquadram como sentença judicial nem como serviços de terceiros.
- **21792.99.00** – R\$ 13.299,60 – Provisão para restos a pagar não processados (RPNP) relativos a despesas que não se enquadram como sentença judicial nem como serviços de terceiros – Intraorçamentário.

### **DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, no comunica nº 2021/0019510, de 5/1/2021, e do Acórdão TCU 1.331/2019, foram alterados os critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPNPs. A partir de 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas as contas de controle 89991.04.04 (Precatórios a

Pagar – Poder Judiciário), 89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial (CEJU/STJ), em resposta às recomendações do TCU no Acórdão 1.331/2020, seção 5.3.1.7, item 1.12 (Processo STJ 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei 13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 2/7/2021 e 31/12/2021 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

O Saldo de R\$ 80.610.919,76 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de inscrição de R\$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado, e R\$ 10.172.672,04 referente ao reforço da nota de empenho 2021NE000934, em 28/12/2021, para cobrir despesas com precatórios.

## **NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO**

Tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 33.542,35, sendo: R\$ 13.579,23, imputados ao CPF 549.151.987-15; e R\$ 19.963,12, ao CPF 660.522.209-10.

## **NOTA 08 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

O saldo superavitário de R\$ 331.511.280,13 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até o encerramento do exercício, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença será equalizada à medida que o STJ receber todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

## **NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 24.553.992,28 está assim distribuído: R\$ 24.092.125,91 (98,12%) – Seguros Garantias; R\$ 461.866,37 (1,88%) – Fianças.

## NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 330.023.927,19, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 9.693.047,28, dos quais foram repassados R\$ 6.498.963,59. Repasses comprovados até o encerramento do exercício perfaziam a monta de R\$ 3.355.711,12. Já o total a repassar é de R\$ 3.117.336,69, vide Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 326.906.590,50, assim distribuídos: **a)** R\$ 309.538.646,42 – Serviços; **b)** R\$ 100.018,64 – Aluguéis; **c)** R\$ 17.231.990,61 – Fornecimento de Bens; e **d)** R\$ 35.934,83 – Seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 94,69% do total das obrigações assumidas pelo STJ na categoria de atos potenciais passivos.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

### RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pelo STJ provocaram alterações no seu patrimônio, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

### TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI 'Taxa pela Prestação de Serviços', os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesou-

ro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

## **EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

## **TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

## **OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio-moradia compõem praticamente o saldo deste grupo.

## **RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do Exercício.

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	NE	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>49.967.427,32</b>	<b>47.881.807,06</b>	<b>4,36%</b>	<b>1,95%</b>
Taxas		49.967.427,32	47.881.807,06	4,36%	1,95%
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>761.840,11</b>	<b>1.087.715,79</b>	<b>-29,96%</b>	<b>0,03%</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>440,86</b>	<b>974,86</b>	<b>-54,78%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>2.361.306.621,11</b>	<b>2.106.790.126,13</b>	<b>12,08%</b>	<b>91,95%</b>
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.650,00	2.297.589,14	-99,93%	0,00%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>110.019.262,90</b>	<b>19.911.639,97</b>	<b>452,54%</b>	<b>4,28%</b>
Reavaliação de Ativos		97.034.168,68	9.009.788,09	976,99%	3,78%
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.452.519,87	2.497.689,36	-1,81%	0,10%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		10.532.574,35	8.404.162,52	25,33%	0,41%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>46.070.415,43</b>	<b>2.760.749,94</b>	<b>1568,76%</b>	<b>1,79%</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		35.845.679,72	-	100,00%	1,40%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		10.224.735,71	2.760.749,94	270,36%	0,40%
<b>TOTAL</b>	<b>11 (p. 20)</b>	<b>2.568.126.007,73</b>	<b>2.178.433.013,75</b>	<b>17,89%</b>	<b>100,00%</b>

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	NE	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
<b>Pessoal e Encargos</b>		904.391.176,33	942.363.723,85	-4,03%	38,24%
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		410.616.715,05	410.607.066,39	0,00%	17,36%
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		334.284.366,54	271.999.577,62	22,90%	14,14%
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		429,51	-	100,00%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		125.511.552,23	160.709.614,45	-21,90%	5,31%
Transferências Intragovernamentais		121.034.434,11	151.878.216,03	-20,31%	5,12%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		520.434,75	2.685.051,44	-80,62%	0,02%
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		549.959.796,15	309.782.886,42	77,53%	23,26%
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes p/ Perdas		5.252,78	669.989,41	-99,22%	0,00%
Perdas Involuntárias		-	43.183,12	-100,00%	0,00%
Incorporação de Passivos		531.073.850,03	306.545.075,00	73,24%	22,46%
Desincorporação de Ativos		18.880.693,34	2.524.638,89	647,86%	0,80%
<b>Tributárias</b>		160.766,27	243.537,91	-33,99%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		32.972,39	33.934,01	-2,83%	0,00%
Contribuições		127.793,88	209.603,90	-39,03%	0,01%
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		39.886.675,63	47.862.959,78	-16,66%	1,69%
<b>TOTAL</b>	<b>12 (p. 21)</b>	<b>2.364.811.477,71</b>	<b>2.143.569.366,42</b>	<b>10,32%</b>	<b>100,00%</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>13 (p. 22)</b>	<b>203.314.530,02</b>	<b>34.863.647,33</b>	<b>483,17%</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)	AH
	<b>2.568.126.007,73</b>	<b>2.178.433.013,75</b>	<b>17,89%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.967.427,32	47.881.807,06	4,36%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	761.840,11	1.087.715,79	-29,96%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	440,86	974,86	-54,78%
Transferências e Delegações Recebidas	2.361.306.621,11	2.106.790.126,13	12,08%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.650,00	2.297.589,14	-99,93%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	110.019.262,90	19.911.639,97	452,54%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	46.070.415,43	2.760.749,94	1568,76%

**“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos”** – Decorreu de reavaliação atípica dos edifícios-sede do STJ e do Clube Social com base na pauta do IPTU definida pelo GDF no valor total de R\$ 96.783.064,60, vide segundo parágrafo da ‘Nota 04’, que trata da reavaliação dos bens imóveis.

**“Outras Transferências e Delegações Recebidas”** – Justifica-se pela transferência contábil equivocada de um galpão, situado na SGO Quadra 04, efetuada pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) (UG 170021) para o STJ, no valor de R\$ 2.242.052,35, em janeiro de 2021. O lançamento foi retificado pela SPU naquela mesma data, ocasionando alterações nas Variações Patrimoniais Diminutivas, Item ‘Outras Transferências e Delegações Concedidas’, conforme explicado na ‘Nota 12’.

**“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”** – Originou-se do registro de crédito administrativo a receber por dolo, má-fé ou fraude no Ativo do Balanço Patrimonial, conforme explicado anteriormente na ‘Nota 02’; e de uma série de reversão de provisões, emitidas nos termos explicados anteriormente na ‘Nota 06’.

## NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)	AH
	<b>2.364.811.477,71</b>	<b>2.143.569.366,42</b>	<b>10,32%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	904.391.176,33	942.363.723,85	-4,03%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	410.616.715,05	410.607.066,39	0,00%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	334.284.366,54	271.999.577,62	22,90%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	429,51	-	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	125.511.552,23	160.709.614,45	-21,90%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	520.434,75	2.685.051,44	-80,62%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	549.959.796,15	309.782.886,42	77,53%
Tributárias	160.766,27	243.537,91	-33,99%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	39.886.675,63	47.862.959,78	-16,66%

**“Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”** – Referem-se a 55,61% da totalidade das VPDs, indicando que o STJ, por ter finalidade exclusiva de prestação de serviço jurisdicional, gasta a maior parte do seu orçamento anual com folha de pagamento de pessoal.

**“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”** – A diferença observada pode ser explicada pela maior contratação, entre os exercícios 2021 e 2022, de serviços técnicos profissionais (consultorias, assessorias, serviços relacionados a TI, seleção e treinamento, serviços médico-hospitalares, odontológicos e ambulatoriais e etc) e serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (vigilância ostensiva, manutenção, conservação e limpeza predial, patrulhamento, proteção e socorro, reprografia, incineração e destruição de materiais e etc).

**“Transferências e Delegações Concedidas”** – A redução observada neste item justifica-se, principalmente, por dois fatores: a) sub-repasse concedido pela UG do STJ à UG da ENFAM, R\$ 27.842.504,20 em 2021 e 13.915.767,69 em 2022 para o desenvolvimento das atividades principais daquela escola; e b) o valor de cota não utilizada devolvida aos cofres do Tesouro Nacional (Diferido), R\$ 63.231.626,45 em 2021 e R\$ 45.183.864,77 em 2022.

**“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”** – a variação observada se justifica pela incorporação de passivos para pagamento de RPVs no valor total acumulado de R\$ 281.615.331,54, em 2022 decorrentes da transferência do passivo do órgão de origem (real devedor) para o STJ responsável pelo pagamento das referida despesas judiciais.

## NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O aumento no resultado patrimonial decorre, entre outros motivos, do maior volume de transferências e delegações recebidas na comparação entre **dezembro de 2021** (R\$ 2.106.790.126,13) e **dezembro de 2022** (R\$ 361.306.621,11)

No encerramento do exercício, com o objetivo de adequar os saldos das contas envolvidas na rotina de apropriação e pagamento de férias, foram realizados diversos ajustes. Inicialmente foram feitas reclassificações de todos os pagamentos efetuados nas folhas de pagamento normais dos valores das naturezas de despesa de VPDs de férias (31901142 – férias vencidas; 31901145 – férias 1/3; parte da natureza 31901174 – subsídios, referente a férias de magistrados), para a conta de adiantamento de férias 21111.01.03 -férias a pagar.

Após as reclassificações dos valores das folhas de todo o exercício de 2022, o saldo residual nas contas de VPD se mostravam adequados ao previsto na Macrofunção 021142 – Folha de pagamento. Ou seja, sem distorções de valor.

Entretanto, após tais lançamentos, foi necessário proceder ajustes na conta de passivo “férias a pagar” (21111.01.03 -férias a pagar), tendo por base os valores indicados pela Coordenadoria de Pagamento (CPAG).

Assim, para registrar os valores adequados no passivo, foi debitado R\$ 13.793.489,65 das contas de VPDs de Férias (sendo R\$13.115.536,20 na conta 311110500 - Férias – RPPS e R\$677.953,45 na conta 311210500 – Férias – RGPS) com situação que creditou a conta de passivo (21111.01.03 - férias a pagar) no mesmo valor.

Para evitar tal distorção nas VPDs, foi vislumbrada a possibilidade de efetuar um lançamento em contrapartida à conta SIAFI 23711.03.00 – Ajustes de exercícios anteriores (procedimento esse que seria objeto de consulta à STN).

Assim, em que pese tenha sido registrado superavaliação na Demonstração de Variação Patrimonial – DVP, no que se refere às VPDs, no encerramento do exercício, o saldo do confronto entre VPDs e VPAs foi incorporado ao PL. Essa incorporação teve efeito no Balanço Patrimonial de 2023 idêntico ao que seria causado caso o ajuste de R\$ 13.793.489,65 fosse lançado diretamente em contrapartida de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Assim, considera-se que não há ajuste a ser considerado no Balanço Patrimonial de 2023. Não obstante, as unidades envolvidas estão adotando os procedimentos para que, em momentos futuros, não haja incorreções nos registros da DVP.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e as despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas, é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário no Órgão.

### DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

Receitas	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	AV
<b>Receitas Correntes</b>	<b>14 (p. 25)</b>	<b>387.857,00</b>	<b>387.857,00</b>	<b>35.458.941,36</b>	<b>35.071.084,36</b>	100,00%
Receitas Tributárias		-	-	34.977.199,80	34.977.199,80	98,64%
Receita Patrimonial		-	-	3,45	3,45	0,00%
Receitas de Serviços		11.339,00	11.339,00	15.179,77	3.840,77	0,04%
Outras Receitas Correntes		376.518,00	376.518,00	466.558,34	90.040,34	1,32%
Subtotal com Financiamento		387.857,00	387.857,00	35.458.941,36	35.071.084,36	100,00%
Déficit	<b>15 (p. 25)</b>	-	-	2.172.164.371,45	2.172.164.371,45	
<b>TOTAL</b>		<b>387.857,00</b>	<b>387.857,00</b>	<b>2.207.623.312,81</b>	<b>2.207.235.455,81</b>	
<b>Créditos Adicionais Abertos</b>		-	<b>6.668.585,00</b>	-	<b>-6.668.585,00</b>	
Superavit Financeiro		-	5.507.434,00	-	-	
Créditos Cancelados		-	1.161.151,00	-	-	

Despesas	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	AV
<b>Despesas Correntes</b>		<b>1.733.806.577,00</b>	<b>1.740.475.162,00</b>	<b>2.186.377.517,38</b>	<b>2.153.080.250,23</b>	<b>2.137.741.723,10</b>	<b>-445.902.355,38</b>	<b>99,65%</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.243.551.665,00	1.266.220.250,00	1.809.815.105,26	1.809.815.105,26	1.801.288.459,55	-543.594.855,26	83,76%
Outras Despesas Correntes		490.254.912,00	474.254.912,00	376.562.412,12	343.265.144,97	336.453.263,55	97.692.499,88	15,89%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>75.492.025,00</b>	<b>75.492.025,00</b>	<b>21.245.795,43</b>	<b>7.623.731,90</b>	<b>7.503.168,67</b>	<b>54.246.229,57</b>	<b>0,35%</b>
<b>Reserva de Contingência</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	16 (p. 25)	<b>1.809.298.602,00</b>	<b>1.815.967.187,00</b>	<b>2.207.623.312,81</b>	<b>2.160.703.982,13</b>	<b>2.145.244.891,77</b>	<b>-391.656.125,81</b>	<b>100,00%</b>

### DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

Não Processados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31.12.21 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
<b>Despesas. Correntes</b>		<b>1.221.965,85</b>	<b>36.850.995,78</b>	<b>32.463.636,84</b>	<b>32.463.636,84</b>	<b>4.689.592,86</b>	<b>919.731,93</b>
Pessoal e Encargos Sociais		265.396,00	-	264.887,85	264.887,85	-	-
Outras Despesas Correntes		956.569,85	36.850.995,78	32.198.748,99	32.198.748,99	4.689.084,71	919.731,93
<b>Despesas de Capital</b>		<b>-</b>	<b>4.531.971,94</b>	<b>3.442.188,20</b>	<b>3.442.188,20</b>	<b>869.447,97</b>	<b>220.335,77</b>
Investimentos		-	4.531.971,94	3.442.188,20	3.442.188,20	869.447,97	220.335,77
<b>TOTAL</b>	17 (p.26)	<b>1.221.965,85</b>	<b>41.382.967,72</b>	<b>35.905.825,04</b>	<b>35.905.825,04</b>	<b>5.559.040,83</b>	<b>1.140.067,70</b>

Processados / Não Processados Liquidados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31.12.21	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Despesas. Correntes</b>		<b>73.371.847,40</b>	<b>17.780.415,68</b>	<b>6.832.626,88</b>	<b>-143.189,28</b>	<b>84.176.446,92</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	6.065.303,42	4.994.982,53	120.816,72	949.504,17
Outras Despesas Correntes		73.371.847,40	11.715.112,26	1.837.644,35	22.372,56	83.226.942,75
<b>Despesas de Capital</b>		<b>80.774,79</b>	<b>22.412,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.774,79</b>
Investimentos		80.774,79	22.412,35	-	-	80.774,79
<b>TOTAL</b>	<b>17 (p.26)</b>	<b>73.452.622,19</b>	<b>17.802.828,03</b>	<b>6.855.039,23</b>	<b>143.189,28</b>	<b>84.257.221,71</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme observa-se no Capítulo 7 – Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2023, em sua 6ª versão de 26/12/2022. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), após consulta desta Setorial, ratificou as referidas por meio da mensagem via comunica SIAFI nº 2017/1518536.

### NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pela Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual.

### NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O Orçamento disponibilizado ao STJ na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei 14.303/2022) foi de R\$ 1.809.298.602,00, conforme se pode observar no sistema SIAFI, conta contábil 52211.01.01, e no Balanço Orçamentário constante da página anterior.
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos dos arts. 32 a 34 da Lei 14.194/2022 (LDO).
3. As movimentações externas de crédito são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e como destaques concedidos a outros órgãos, na sua maioria em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros do STJ. Ambas somam, respectivamente, R\$ 596.408.008,46 e R\$ 3.367.538,20. Houve provisões concedidas para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), no valor total de R\$ 13.915.767,69.
4. Em 2022 não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.
5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2022, destacando que não consta do mesmo a execução orçamentária referente a precatórios e RPVs, visto que, embora sejam pagos neste Tribunal, pertencem a UO do Ministério da Economia.

6. Em atenção à Macrofunção SIAFI n. 02.11.42, itens 8.3.2 e 8.3.2.2, foram registradas na conta 86331.01.00 (Despesa com Pessoal a Executar – RGF), as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente, informadas no Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.
7. Execução orçamentária discriminada por elemento de despesa e considerando a execução das despesas com sentenças judiciais (precatórios e RPVs) que, embora executados neste STJ, pertencem ao orçamento do Ministério da Economia, são:

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	343.010.677,51	343.010.677,51
PENSÕES	65.568.989,19	65.568.989,19
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	5.143.128,47	5.143.128,47
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.790.181,25	5.790.181,25
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	683.669.661,24	683.669.661,24
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	132.882.538,08	132.882.538,08
DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	669.053,60	669.053,60
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	8.026.311,73	8.026.311,73
MATERIAL DE CONSUMO	7.646.587,31	6.072.614,06
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST.GRATUITA	160,00	160,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.312.342,15	3.052.895,33
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	79.000,00	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P.FISICA	766.719,21	642.523,19
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	140.231.324,47	137.522.383,83
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORB.	120.103.572,86	97.826.885,30
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	46.718.945,69	40.389.037,01
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	32.497.182,64	32.497.182,64
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	117.895,37	106.153,84
AUXÍLIO-TRANSPORTE	30.586,63	30.586,63
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.033.029,10	1.055.872,26
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.943.273,44	1.755.813,64
PENSÕES ESPECIAIS	54.540,00	54.540,00

SENTENÇAS JUDICIAIS	547.700.748,24	547.520.056,25
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.833.296,01	19.833.168,24
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.583.994,62	6.163.731,31
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	10.510.703,46	10.510.703,46
<b>TOTAL</b>	<b>2.195.924.442,27</b>	<b>2.149.794.848,06</b>

## NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro ‘Execução dos Restos a Pagar não Processados’, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2021 totalizou R\$ 42.604.933,57, dos quais 85,57% foram pagos e 13,25% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 24.387.207,46 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ (Empenho 2021NE000033).

No quadro ‘Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados’, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61, Empenho (2015NE000342) ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96.
- R\$ 70.438.247,72, Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

No encerramento do exercício de 2021 foram inscritos em restos a pagar não processados a soma de R\$ 41.382.967,72 enquanto os processados e não processados liquidados alcançaram R\$ 17.802.828,03 totalizando R\$ 59.185.795,75.

Os referidos recursos foram assim distribuídos: Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 6.065.303,42); Grupo 3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R\$ 47.928.997,21); e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 – Investimentos (R\$ 4.554.384,29).

Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 1.221.965,85 e R\$ 73.452.622,19.

Por fim, destaca-se que, de 2022 para 2023, foram inscritos R\$ 46.919.330,68 em restos a pagar não processado (RPNP) e R\$ 15.459.090,36 em restos a pagar processado (RPP), nas contas 63170.00.00 e 63270.00.00, respectivamente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.

Os demonstrativos desta Corte podem ser consultados no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

## BALANÇO FINANCEIRO (BF)

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias do Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/10/2022	31/10/2021
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>35.458.941,36</b>	<b>33.981.410,27</b>
Vinculadas		35.552.755,89	34.091.651,47
Outros Recursos Vinc. a Órgãos e Programas		35.544.754,89	34.091.453,91
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-93.814,53	-110.241,20
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>2.361.304.971,11</b>	<b>2.104.492.536,99</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		2.360.973.005,61	2.104.176.344,70
Cota Recebida		2.341.357.102,87	2.069.685.185,62
Repasse Recebido		5.118.337,46	3.897.021,28
Independentes da Execução Orçamentária		331.965,50	316.192,29
<b>RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>18 (p. 31)</b>	<b>80.912.825,26</b>	<b>77.072.460,87</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		15.459.090,36	17.487.256,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		46.919.330,68	41.382.967,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.408.502,57	1.476.494,73

Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.125.901,65	16.725.741,64
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>374.525.517,51</b>	<b>296.292.142,94</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	374.525.517,51	296.292.142,94
<b>TOTAL</b>	<b>2.852.202.255,24</b>	<b>2.511.838.551,07</b>

<b>DOS DISPÊNDIOS</b>			
DESCRIÇÃO	NE	30/12/2022	30/11/2021
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>2.207.623.312,81</b>	<b>1.953.382.778,52</b>
Ordinárias		1.766.253.472,42	1.435.215.514,92
Vinculadas		441.369.840,39	518.167.263,60
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>115.950.593,54</b>	<b>147.981.593,55</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		63.048.968,25	96.971.496,10
Repasso Concedido		3.367.538,20	3.145.731,85
Sub-repasso Concedido		13.915.767,69	27.842.504,20
Independentes da Execução Orçamentária		52.901.625,29	51.010.097,45
<b>DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>49.341.358,31</b>	<b>35.948.661,49</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17 (p. 26)	6.855.039,23	2.830.961,08
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17 (p. 26)	35.905.825,04	27.732.839,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01 (p. 11)	1.496.653,47	1.488.238,58
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>19 (p. 31)</b>	<b>479.286.990,58</b>	<b>374.525.517,51</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		479.286.990,58	374.525.517,51
<b>TOTAL</b>		<b>2.852.202.255,24</b>	<b>2.511.838.551,07</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 15.459.090,36 e de R\$ 46.919.330,68 representam, respectivamente, os restos a pagar processados (RPP) e restos a pagar não processados (RPNP) relativos a empenhos emitidos em 2022, mas que terão sua execução financeira finalizada em 2023.

### NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de R\$ 479.286.990,58, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2022 corresponde ao total da dotação atualizada para o STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar em 2021.

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica, também, o resultado desses fluxos.

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em dezembro de 2022, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo R\$ 104.761.473,07. Esse resultado somado à rubrica ‘Caixa e Equivalente de Caixa Inicial’ do exercício, no valor de R\$ 374.525.517,51, revelou um montante de R\$ 479.286.990,58.

Este valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica ‘Caixa e Equivalente de Caixa’ do Balanço Patrimonial (BP) e no ‘Saldo para Exercício Seguinte’, apurado no Balanço Financeiro (BF). Parte do valor da rubrica ‘Caixa e Equivalente de Caixa’ é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar.

Não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>115.729.242,29</b>	<b>89.861.994,61</b>
	NE	31/12/2022	31/12/2021
<b>INGRESSOS</b>	<b>20 (p. 32)</b>	<b>2.089.649.299,46</b>	<b>1.811.261.892,93</b>
INGRESSOS	20 (p. 34)	2.415.298.316,69	2.156.676.183,63
Receita Tributária		34.977.199,80	33.517.263,05
Receita Patrimonial		3,45	
Receita de Serviços		15.179,77	12.686,91
Outras Receitas Derivadas e Originárias		466.558,34	451.460,31
Outros Ingressos das Operações		2.379.839.375,33	2.122.694.773,36
Ingressos Extraorçamentários		1.408.502,57	1.476.494,73
Transferências Financeiras Recebidas		2.361.304.971,11	2.104.492.536,99
<b>Arrecadação de Outra Unidade</b>		<b>17.125.901,65</b>	<b>16.725.741,64</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-2.299.569.074,40</b>	<b>-2.066.814.189,02</b>
Pessoal e Demais Despesas		-2.013.364.853,47	-1.746.822.400,18
Judiciário		-1.072.191.416,15	-1.009.790.876,00
Previdência Social		-410.038.638,81	-412.029.132,55
<b>Encargos Especiais</b>		<b>-531.114.311,13</b>	<b>-324.992.267,71</b>
Transferências Concedidas		-163.673.133,35	-166.625.334,23
<b>Intragovernamentais</b>		<b>-159.716.449,98</b>	<b>-160.478.987,25</b>
Outros Desembolsos das Operações		-122.531.087,58	-153.366.454,61
Dispêndios Extraorçamentários		-1.496.653,47	-1.488.238,58
Transferências Financeiras Concedidas		-115.950.593,54	-147.981.593,55
Demais Pagamentos		-5.083.840,57	-3.896.622,48

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>-10.967.769,22</b>	<b>-11.628.620,04</b>
	NE	31/12/2022	31/12/2021
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-10.967.769,22</b>	<b>-11.628.620,04</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-6.032.153,92	-3.831.789,84

Outros Desembolsos de Investimentos	-4.935.615,30	-7.796.830,20
<b>Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa</b>	<b>104.761.473,07</b>	<b>78.233.374,57</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>	<b>374.525.517,51</b>	<b>296.292.142,94</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>479.286.990,58</b>	<b>374.525.517,51</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 20 – INGRESSOS

Trata-se do registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito do Tribunal, quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas para custear a execução orçamentária deste Órgão.

### GESTÃO FINANCEIRA

#### Inversão de Saldos

FONTES DE RECURSO DETALHADA	ATIVO FINANCEIRO 111122001 (A)	PASSIVO FINANCEIRO INSCR. EM RP (B)	A – B = C	DDR A UTIL. 821110000 (D)	(C – D)
0100 – Recursos Ordinários	363.416.667,84	56.116.584,88	307.497.050,97	309.949.974,07	-2.649.891,11*
0127 – Custas e Emol. - Poder Judiciário	14.092.604,59	1.212.624,49	12.879.980,10	12.879.980,10	0,00
0144 – Títulos do Tesouro Nacional	70.438.247,72	70.438.247,72	-	-	0,00
0150 – Recursos não-Financ Diret. Arrec.	247.334,93	-	247.334,93	247.334,93	0,00
0150 – Receitas Arrecadas Diret. – STJ	5.135.510,78	-	5.135.510,78	5.135.510,78	0,00
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	1.052.536,94	31.807,73	1.020.729,21	1.020.729,21	0,00
0156 – Contribuição PSSS	-	-	-	-	0,00
0169 – Contribuição Patronal p/ PSSS	-	-	-	-	0,00

0170 – Rec. Próprios Primários Aplic. Espec.	3,45	-	3,45	3,45	0,00
0175 – STJ-Ressarc. Desp. Rem/Ret. Autos	1.527.828,90	-	1.527.828,90	1.527.828,90	0,00
0188 – Recursos Financeiros Livre Aplicação	19.981.705,54	19.976.445,63	5.259,91	9.117,79	-3.857,88*
0300 – Recursos Ordinários	-	-	-	-	0,00
0350 – Receitas Arrecadadas Diret. – STJ	740.800,90	-	740.800,90	740.800,90	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>476.633.241,59</b>	<b>147.578.742,44</b>	<b>329.054.499,15</b>	<b>331.511.280,13</b>	<b>-2.653.748,99</b>

\*Diferença nas fontes 0100 e 0188 referem-se a ordens de pagamento emitidas, mas ainda não convertidas em ordens bancárias conforme se pode observar na conta 11w112.20.03.

### Recursos Diferidos

FONTE RECURSO DETALHADA	TERMO 1 (A)	TERMO 2 (B)	C = (A-B)	D = DIFERIDO RP (822240102) - 2021	C+D	DISP COTA REC. (894210100)
0100 – Recursos Ordinários	1.875.643.944,60	1.716.631.777,95	159.012.166,65	-	159.012.166,65	159.012.166,65
0127 – Custas e Emolumentos	42.470.802,00	33.148.996,57	9.321.805,43	-	9.321.805,43	9.321.805,43
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	127.830.841,00	152.747.141,06	-24.916.300,06	2.692.643,56	-22.223.656,50	497.732,19
0156 – Cont. Plano Seg. Social Servidor	98.948.553,00	98.948.553,00	-	521.042,06	521.042,06	-
0169 – Cont. Patronal Plano Seg. Soc. Servidor	182.808.665,00	182.808.665,00	-	-	-	-
0175 – STJ/Ressarc. Desp Porte/Rem/Ret. Autos	376.518,00	-	376.518,00	-	376.518,00	376.518,00
0188 – Recursos de Livre Aplicação	73.617.900,00	73.608.782,21	9.117,79	-	9.117,79	9.117,79
0300 – Recursos Ordinários	5.507.434,00	5.507.434,00	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.407.204.657,60</b>	<b>2.263.401.349,79</b>	<b>143.803.307,81</b>	<b>3.213.685,62</b>	<b>147.016.993,43</b>	<b>169.217.340,06</b>

Diferido é a sobra de recursos apurada pela diferença entre as cotas recebidas e o orçamento executado no exercício somado com aquele inscrito em restos a pagar não processado (RPNP) e processado (RPP). Ao final do ano, por intermédio de rotina automática executada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, esta sobra é devolvida ao Erário.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/12/2022 (R\$)	AH
0100 – Recursos Ordinários	363.416.667,84	76,2466%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	14.092.604,59	2,9567%
0144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	70.438.247,72	14,7783%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.382.845,71	1,1293%
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	1.052.536,94	0,2208%
0170 – Recursos Próprios Primários Aplicação Específica	3,45	0,0000%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	1.527.828,90	0,3205%
0188 – Recursos Financeiros de Livre Aplicação	19.981.705,54	4,1923%
0350 – Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1554%
<b>TOTAL</b>	<b>476.633.241,59</b>	<b>100,000%</b>

### ANEXO II

#### RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.104.515,59	1.104.515,59	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	11.904,00	11.904,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	1.266.533,21	1.266.533,21	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	163.297,73	163.297,73	0,00	0,00	0,00%

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Material Odontológico	50.506,77	24.112,55	35.254,52	8.860,30	297,89%
Material Químico	63,00	63,00	0,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	2.675,00	2.675,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	13.520,00	13.534,00	70,50	84,50	-16,57%
Material para Expediente	116.671,21	141.976,56	188.443,55	213.748,90	-11,84%
Material de Processamento Dados	80.466,32	133.355,42	99.643,56	152.532,66	-34,67%
Material de Acondicionamento e Embalagem	23.675,58	30.359,13	53.379,12	60.062,67	-11,13%
Material de Cama, Mesa e Banho	3.323,63	3.323,63	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	66.755,81	90.371,84	28.861,22	52.477,25	-45,00%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	557.127,59	648.070,80	186.692,23	277.635,44	-32,76%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	418.990,30	418.990,30	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	681.625,16	620.596,27	469.476,08	408.447,19	14,94%
Material para Manutenção de Bens Móveis	421.537,07	266.921,29	225.392,31	70.776,53	218,46%
Material Elétrico e Eletrônico	1.083.230,54	750.408,66	1.200.424,96	867.603,08	38,36%
Material de Proteção e Segurança	87.641,83	76.722,78	13.915,90	2.996,85	364,35%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	7.310,50	7.928,86	739,47	1.357,83	-45,54%
Material para Comunicações	373.252,70	178.493,47	1.128.219,74	933.460,51	20,86%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	10.343,23	10.343,23	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	177.497,55	192.425,64	69.570,65	84.498,74	-17,67%
Material para Manutenção de Veículos	385.509,32	385.509,32	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	2.381,80	3.617,93	7.044,97	8.281,10	-14,93%

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Ferramentas	2.387,19	2.996,92	8.511,52	9.121,25	-6,68%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	11.268,00	11.268,00	288,96	288,96	0,00%
Material Bibliográfico	244.861,69	244.861,69	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	17.592,00	17.592,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flâmulas e Insignias	6.140,00	6.140,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	22.982,60	24.353,80	1.921,38	3.292,58	-41,65%
<b>TOTAL</b>	<b>7.415.586,92</b>	<b>6.853.262,62</b>	<b>3.717.850,64</b>	<b>3.155.526,34</b>	<b>17,82%</b>

## ANEXO III

### RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2022 (R\$)			31/12/2021 (R\$)		
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	921,00	3.581,28	62.897,80	65.558,08	-4,06%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	17.300,00	146.562,24	4.693.115,85	4.822.378,09	-2,68%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	12.294,41	612.560,66	624.855,07	-1,97%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	358.402,32	15.511,96	1.070.179,57	727.289,21	47,15%
Armamentos	0,00	21.896,70	265.037,71	286.934,41	-7,63%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	31.987,62	3.973.147,42	4.005.135,04	-0,80%

Equip Industrial	26.407,00	0,00	26.407,00	0,00	100,00%
Equipamentos Energéticos	176.240,00	94,52	882.789,67	706.644,19	24,93%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	1.100.862,09	105.661,45	13.597.684,09	12.602.483,45	7,90%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	51.976,74	0,00	109.795,77	57.819,03	89,90%
Material TIC	10.254,00	54.513,69	22.406.921,73	21.494.748,38	4,24%
Máquinas de escritório	493,05	3.470,01	195.195,50	198.172,46	-1,50%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	3.660,00	2.514,64	111.126,89	109.981,53	1,04%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	1.068,45	703.327,26	704.395,71	-0,15%
Computadores*	1.788.422,35	0,00	2.304.653,91	516.231,56	346,44%
Mobiliário em Geral	1.061.095,54	65.974,33	7.586.477,89	6.591.356,68	15,10%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	1.650,00	0,00	418.622,01	416.972,01	0,40%
Impressoras*	380.476,00	0,00	472.611,01	92.135,01	412,95%
Telefonia	0,00	335,00	1.165.448,98	1.165.783,98	-0,03%
Veículos Diversos	24.279,00	10.486,98	252.761,47	238.969,45	5,77%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	133.225,60	11.056.786,85	11.190.012,45	-1,19%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5.002.439,09</b>	<b>609.178,88</b>	<b>90.187.293,07</b>	<b>84.837.599,82</b>	<b>6,306%</b>

\*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

## ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	5.876,66
Sala da Engemil	444.844,94	66.331,50
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	72.614,69
Sala da RCS Tecnologia	125.574,91	58.123,30
Sala da Staefa	44.141,28	10.351,16
Sala dos Estoquistas	72.643,18	23.553,18
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	32.051,45
Estúdio Fotográfico	300.139,41	107.634,74
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	4.752,37
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.738.429,00	431.460,84
Restaurante	880.796,19	224.989,37
<b>Total</b>	<b>7.944.103,11</b>	<b>1.040.209,08</b>

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	373.950,00	38.822,27
<b>Total</b>	<b>460.917,60</b>	<b>121.876,40</b>

Em processo de Localização.	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq Contábil (R\$)
Diversos	21.182,22	4.231,38

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Outubro)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	20.070,19
Banco Santander – Termo de Cessão de Uso 02/2017	171.348,26
Banco do Brasil – Termo de Cessão de Uso 04/2017	228.351,15
Banco Bradesco – Termo de Cessão de Uso 03/2017	121.724,02
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	3.075,60
Caixa Econômica Federal – Termo de Cessão de Uso 02/2016	175.129,31
ECT – Termo de Cessão de Uso 01/2017	3.354,83
ASAJUS – Termo de Cessão de Uso 01/2018	3.213,12
UNICEUB – Termo de Cessão de Uso 15/2019	6.398,11
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	16.991,05
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	1.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	5.146,66
<b>Total</b>	<b>755.802,30</b>

\*

## ANEXO V

### DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	31/12/2022 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça – SAF Sul Qd. 06 Lote 01	9701052595007	337.244.951,59
Sede da Ass. dos Serv. do STJ – SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.097.044,98
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.721.043,23
Garagem – SGON Qd.2 Lts. 10 e 20	9701002515000	1.312.995,81
Garagem – SGON Qd.3 Lts. 50 e 80	9701158125004	1.639.216,64
Terreno – SCEES Trecho 3 Lt. 07	9701337945006	71.853.019,30
Armazém/Galpões – SGON Qd. 4 Lt. 5	9701237085005	2.462.027,37
<b>TOTAL</b>		<b>417.330.298,92</b>

## ANEXO VI

## TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	566.400,71	1.700.693,37
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	11.929,33	47.717,32
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	28.926,00	115.704,00
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/ Mestrado	800.000,00	234.666,66	565.333,34
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	33.386,43	43.360,57
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	594.775,94	545.224,06
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.575.982,80	1.470.917,30	105.065,50
ED1AADQH	ENFAM-UFRN 26/2020 Integração Rede Pública SIG-UFRN	686.588,04	540.081,96	146.506,08
ED1AAEHP	ENFAM-CJF 01/2021 Locação de Cerimonialista	175.839,38	175.839,38	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>9.693.047,28</b>	<b>6.498.963,59</b>	<b>3.117.336,69</b>

\*Valores Firmados (71221.02.01).

\*\*Saldos Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

## ANEXO VII

## Passivos de Precatórios 3.4.2022 – 31.12.2022

UG	Denominação	Doc. SIAFI	Saldo (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	2022PA000919	R\$ 2.179.987,73
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	2022PA000920	R\$51.110.751,98
<b>TOTAL</b>			<b>53.290.739,71</b>

## Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto nacional do Seguro Social -INSS	PA872/NS 28622	R\$ 52.207,48
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA912/NS 28800	R\$ 473.653.894,06
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 473.706.101,54</b>

## Passivos de Precatórios – LOA 2023

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto nacional do Seguro Social -INSS	PA870/NS 28619	R\$ 279.534,92
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA871/NS 28621	R\$ 147.529.749,30
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 147.809.284,22</b>

## ANEXO VIII

## EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO		R\$	
		1.815.967.187,00	
SD EXEC %	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	
<b>PROGRAMA</b>			
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.804.655.036,00	1.585.661.878,97	87,87%
0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	171.688,00	54.540,00	31,77%
0999 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
<b>FUNÇÃO</b>			
02 – Judiciária	1.395.238.665,00	1.175.827.161,55	84,27%
09 – Previdência Social	409.416.371,00	409.834.717,42	100,10%
28 – Encargos Especiais	171.688,00	54.540,00	31,77%
99 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%

SUBFUNÇÃO			
061 – Ação Judiciária	429.898.483,00	209.886.424,53	48,82%
122 – Administração Geral	700.525.651,00	706.349.142,14	100,83%
128 – Formação de Recursos Humanos	14.226.806,00	12.290.303,73	86,39%
272 – Previdência do Regime Estatutário	409.416.371,00	409.834.717,42	100,10%
301 – Atenção Básica	116.139.670,00	117.242.341,92	100,95%
846 – Outros Encargos Especiais	134.619.743,00	130.113.489,23	96,65%
999 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
GRUPO DE DESPESA			
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.250.220.250,00	1.243.670.283,49	99,48%
3 – Outras Despesas	490.254.912,00	334.542.966,81	68,24%
4 – Investimentos	75.492.025,00	7.503.168,67	9,94%
9 – Reserva de Contingência	-	0,00	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
100	829.328.132,07	249.588.131,75	7.503.168,67	0,00	1.289.902.569,00	1.086.419.432,49	84,22%
127	0,00	31.270.810,48	0,00	0,00	42.470.802,00	31.270.810,48	73,63%
150	0,00	0,00	0,00	0,00	11.339,00	0,00	0,00%
151	127.077.499,42	51.688,00	0,00	0,00	201.448.741,00	127.129.187,42	63,11%
156	98.948.553,00	0,00	0,00	0,00	98.948.553,00	98.948.553,00	100,00%
169	182.808.665,00	0,00	0,00	0,00	182.808.665,00	182.808.665,00	100,00%
175	0,00	0,00	0,00	0,00	376.518,00	0,00	0,00%
188	0,00	53.632.336,58	0,00	0,00	0,00	53.632.336,58	100,00%
300	5.507.434,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.507.434,00	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.243.670.283,49</b>	<b>334.542.966,81</b>	<b>7.503.168,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.815.967.187,00</b>	<b>1.585.716.418,97</b>	<b>87,32%</b>

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas a 2022**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 20 de janeiro de 2023.

**Alanclei Barros**  
CONTADOR  
CRC – 016293/O-0

### **Apoio Técnico**

Gabriel de Araújo Sobrinho  
José Jorge de Lima Neto  
Vanôres Ferreira da Silva Júnior



**STJ**

**SUPERIOR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA